

Via Latina

Ad Libitum

DE SOL A SOL

Secção de Jornalismo
da Associação Académica de Coimbra
Nº 4 -- 6 de Março de 2007

O SOL NA LUSITÂNIA ROMANA

Texto: José d'Encarnação
Professor universitário

Não fugiu a Lusitânia romana – como, de resto, nenhuma outra região do Império Romano nem nenhuma civilização antiga ou moderna – a ver no Sol algo de transcendente, de incompreensível ao olhar comum.

Período em que predominava não uma visão científica do Universo e de tudo o que nos rodeia (não podemos esquecer que as Ciências enquanto tais se desenvolveram primordialmente a partir da segunda metade do século XIX), o Sol não poderia deixar de ser visto senão como uma divindade – o que, aliás, vinha de longínqua tradição, tanto do Extremo como do Médio Oriente: o faraó egípcio foi, em determinada época, a personificação de Rá, o Sol, e Amenófis IV (1370-1352 a. C.) mudou o nome para Ikenaton e impôs a seu povo o culto de Aton, o disco solar. De resto, idêntica atitude irá ter, muito mais tarde, um outro soberano, o imperador romano Heliogábalo (218-222), também chamando a seu nome a identidade solar, “hélios” e “Baal”.

Tal como o Sol mandava no Universo e dele dependia a vida, também do monarca dependia a subsistência de todo um povo...

Inúmeras são, portanto, as representações do Sol, de forma mais ou menos realista ou estilizada, que se encontram na documentação arqueológica. Contudo, nesse aspecto, a Lua leva-lhe a palma, pelo menos na documentação que nos chegou. O planeta, pela suavidade da sua luz, pela serena envolveria da noite, terá sido escolhido, desde cedo, como “morada dos mortos” e, por isso, se torna assaz frequente a sua representação em monumentos funerários romanos. Quiçá também por tal motivo, em contraposição, tenha pleno cabimento a expressão “Estou vivo e escrevo Sol”, escolhida como tema para a Semana Cultural da Universidade de Coimbra, em 2007.

Gostaria, pois, de trazer à colação neste fórum três singelos – mas, em meu entender, significativos – testemunhos do culto ao Sol na Lusitânia romana.

O primeiro é da Lusitânia e de todo o Império; contudo, o facto de aqui o termos constitui prova de que a província não estava alheia ao que noutros quadrantes se passava. Refiro-me ao achamento de moedas em que a efígie do imperador surge com uma coroa donde saem raios. Na verdade, a partir do século III, quando a hereditariedade (real ou adoptiva) deixou de ser o fundamento do poder assumido e as armas “falaram” mais alto, tornou-se necessário encontrar uma justificação. E nada melhor do que o factor religioso, tanto mais forte quanto mais sentida era a crise a todos os níveis: o imperador subira ao trono, a força das armas havia-lhe sido favorável, porque... os deuses estavam com ele! Daí a ser o *dominus noster*, o “nosso senhor”, em vez de o *primus inter pares*, “o primeiro entre os iguais”, foi uma passada bem curta. E as moedas testemunham-no eloquentemente: era preciso! De mão em mão, propagandeavam, naquela cabeça coroada, que o deus Sol, o maior, estava com o imperador, **era** o imperador! A moeda que reproduzimos (gravuras 1 e 2), do imperador Aureliano (270-275), é disso prova cabal, pois inclusive no reverso se representa o Sol como um homem, de cabeça radiada, correndo sobre os humanos: é ORIENS AVG (*ustus*), o augusto Sol nascente, fortificante, dominador, em jeito de atleta. Que Augusto (no anverso) é também Aureliano. A coincidência não podia ser maior!

Reforça o ânimo o Sol nascente; mas... e o poente? Que mistério se esconderia para além da linha do horizonte que, teimosamente, todos os dias parecia querer engolir o astro-rei? Em que estranho reino se iria, momentaneamente, reconfortar? Que



Gravura 1
Moeda de Aurelianus (frente)



Gravura 2
Moeda de Aurelianus (verso)

sorte era a nossa, pois, ao sol-pôr, de mais variegadas cores ele se vestisse, uma certeza nos restava sempre: amanhã voltaria, radioso!

Ocupava a Lusitânia, nesse aspecto, um lugar ímpar, dado que era, sem dúvida, a província mais ocidental do continente. E, nela, o Cabo da Roca e a Serra de Sintra representavam, decerto – ainda que os conhecimentos geográficos não fossem, então, muito avançados – esse extremo repleto de magia. Sabemos hoje, pela documentação escrita, que a Serra de Sintra seria a “montanha da Lua”; sabemos, pelos documentos epigráficos, que ali se prestou culto ao Sol e à Lua.

Todos os livros antigos se lhes referem, com mais ou menos verosimilhança. José Cardim Ribeiro, director do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas (Sintra) e um entusiasta pelos livros antigos, pôde concluir pela afirmativa: havia, nesta parte ocidental do Império, um lugar sagrado, poderia não ser um templo como nós imaginamos os templos na actualidade, edifícios arquitectónicos majestosos, mas um lugar donde a simples visita fizesse desprender um ‘génio’, uma vontade quase irresistível de comunicar com a divindade. E descobriu o desenho de Francisco da Holanda (1517-1584) – que, com a devida vénia, reproduzimos (gravura 3) – em que se mostra uma plataforma com altares em círculo, situando-a na foz do rio de Colares. Ali seria o sítio mágico por excelência para louvar os deuses, enquanto se admirava a multiplicidade de tons do pôr-do-sol. Louvar os deuses em tempo de Romanos; louvar “Cristo Jesus e a Gloriosa Virgem Maria” em tempo de Cristianismo, e a cidade de *Olisipo* não podia descurar de dar ali seu testemunho... Daí Francisco de Holanda ter “imaginado” a inscrição que chamou para primeiro plano no seu desenho.

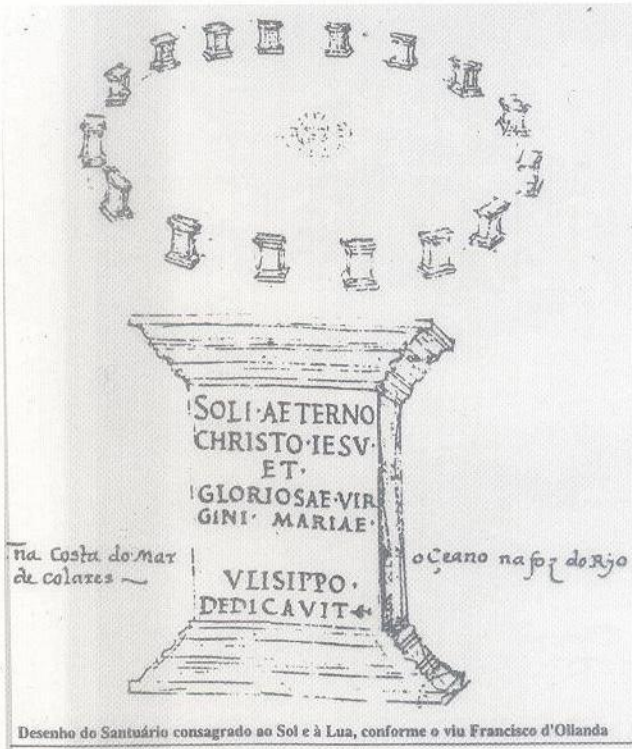
E não é invenção esta ideia, porque a atestá-la estão várias inscrições dedicadas ao Sol e à Lua daí provenientes. Reproduz-se o texto de uma delas (gravura 4), retirado também de um livro antigo, de Luís Marinho Azevedo, de saboroso título – *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques (Lisboa, 1753)*. Nela se testemunha que *Sextus Acidius Perennis*, governador da província da Lusitânia, ali venerou o Sol e a Lua. No mesmo Museu de Odrinhas se acha uma outra lápide, a testemunhar o mesmo culto por parte de um procurador equestre, de notabilíssimo currículo. E somos, por isso, tentados a interrogar-nos se prestar serviço importante na Lusitânia não implicaria uma deslocação, no princípio ou no final do mandato, a esse lugar pleno de mistério em que o Sol mergulhava no oceano... Estamos em crer que sim.

E se a política andava, desta forma, ligada ao culto solar, o não andaria menos a vida económica e social.

Temos em Tróia – vulgarmente dita ‘de Setúbal’, ainda que pertença ao concelho de Grândola –, grande centro produtor de *garum* (apreciado condimento feito à base das vísceras do peixe), os restos de um edifício romano, que, pelas representações a fresco que ostenta, tem sido, mui justamente, considerado um *mithraeum*, ou seja, um lugar de culto especialmente dedicado a Mitra, o deus persa do Sol.

E em Beja – *Pax Iulia* ao tempo dos Romanos – uma placa de mármore inscrita (infelizmente já muito gasta e, por isso, com algumas dúvidas, ainda que menores, na interpretação do seu texto) de-

Gravura 3
Santuário de Colares ao Sol e à Lua



SOLI ET, LVNAE.
CESTVS ACIDIVS
PERENNIS.
LEGATVS. AVG.
PROPR. PROV.
LVSITANIAE.

Gravura 4
Dedicatória ao Sol e à Lua

monstra-nos a existência de uma espécie de “confraria”, um *sodalitium* de gente natural de Braga posto sob a invocação de Mitra. Ainda que os dicionários digam que “sodalício” é “uma reunião de pessoas que vivem em comum”, ao tempo dos Romanos, os sodales viveriam numa “reunião” de... solidariedade, que se manifestaria no mútuo apoio económico e social.

O sacerdote (*magister*) identificado nessa placa, *Messius Artemidorus* de seu nome, pertence, sem dúvida, a uma “classe” que primava pelos seus vastos interesses económicos: os libertos. Trabalhavam para si e para os seus senhores, aqueles que os haviam libertado. E, na cidade, faziam nesse *studium* as suas reuniões de camaradagem e de negócio e de cumplicidades (claro!) sob a égide do deus Sol. Saiba-se, aliás, que, para participar nas cerimónias mi-

traicas, se postulava um período de iniciação, em que o candidato seria, obviamente, posto à prova e “estudado” em todos os aspectos da sua vida em comunidade.

Dir-se-á que é pouco o que se aduz, atendendo ao vasto período que se contempla – do século I a. C. ao IV d. C., *grosso modo* – e à significativa extensão da província. Que se sabe dos meios rurais, por exemplo? Nesse aspecto do culto ao Sol, palpavelmente documentado, são, na verdade, escassos os documentos. Mas... não o são também em relação a tantos outros aspectos da vida quotidiana? E, já agora, que se falou de mundo rural: onde é que se sente mais a influência do Sol, onde é que os seus efeitos são mais tidos em consideração? Não será no campo, no ciclo anual que vai da sementeira às colheitas?...VL